



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010179-39.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Responsabilidade do Fornecedor**  
 Requerente: **NFA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**  
 Requerido: **Good Year**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**VISTOS**

**NFA COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA** ajuizou a presente **Ação de Restituição de Quantia Paga cc Danos Morais** em face de **GOODYEAR**, todos devidamente qualificados.

Segundo a inicial, em 29/08/2013 o autor adquiriu da empresa Rodonaves Caminhões Comércio e Serviços Ltda o veículo DAILY 35S14HD, fab/mod 2013/2014, com pneus GOODYEAR e a informação de que teriam 5 anos de garantia. Ocorre que menos de um ano depois os pneus apresentaram defeito que “consistia na formação de bolhas”, tornando-os impróprios ao uso. Entrou, então, em contato com a requerida, que se negou a providenciar a troca sob o argumento de que não havia vício de fabricação e que o defeito era decorrente de mau uso. Diante da demora da requerida, precisou adquirir dois pneus, gastando a importância de R\$ 661,12. Sustentando que sempre utilizou o veículo de forma correta, pediu a procedência da ação para que a requerida seja obrigada a restituir o valor gasto e a pagar indenização por danos morais.

A inicial veio instruída com os documentos.

Devidamente citada para audiência inaugural, a requerida não compareceu, nem apresentou defesa, ficando reconhecida em estado de contumácia.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**É o relatório.**

**DECIDO, antecipadamente a LIDE por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.**

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é parcialmente procedente.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se aceitos como verdadeiros **os fatos sustentados/** alegados na inicial (art. 319 do CPC) e tais fatos, analisados no contexto, servem para proclamar a procedência do primeiro pleito.

Com o silêncio a requerida confessou ter negado a troca dos dois pneus que haviam apresentado vício de fabricação ainda dentro do prazo de garantia e, assim, deve restituir ao autor a quantia de R\$ 661,12, que aquele desembolsou para a devida substituição.

No mais, como estamos diante de um desacordo negocial, sem maiores reflexos, não é o caso de arbitramento de danos morais.

Hodiernamente, o que se vê é a banalização do instituto do dano moral. Qualquer discussão ou mero aborrecimento dão azo a ações de indenizações por danos morais, desamparadas de fundamento e desacompanhadas dos requisitos essenciais da responsabilidade civil e do dano moral.

Veja-se:

(...) Não há falar em indenização por dano moral se as sensações de dor moral não passam de mero aborrecimento. Não comprovando escorреitamente a autora os fatos constitutivos do seu direito (art. 333, inc. I do CPC) e restando, assim, indemonstrados os



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

requisitos aptos a gerar o dever de indenizar, quais sejam, o evento danoso, o dano efetivo e o nexo causal entre o ato/fato e a lesão, é de ser negado o pedido de indenização por danos morais. (TJSC; acórdão 2007.014592-7; rel. Des. Mazoni Ferreira, data da decisão: 10/05/07, com grifos meus).

Confira-se, ainda:

CIVIL – Dano moral – CDC – Responsabilidade civil objetiva elidida – Inconfiguração – Ausência de prova de fato ensejador – Transtornos do dia a dia – Suscetibilidade exagerada. 1. A responsabilidade civil objetiva do fornecedor de serviços e/ou produtos fica elidida, porque cede diante da prova da inexistência de fato a dar ensejo ao dano moral reclamado. 2. Só deve ser capaz de causar efetivo dano moral, a ocorrência efetiva da dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade dos acontecimentos do cotidiano, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. 2.1. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazer parte do que rotineiramente acontece no nosso dia-a-dia, no trato com terceiros, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até mesmo no ambiente familiar, tais situações não são tão intensas, profundas e duradouras a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo e suficientes a lhe ensejar sofrimento interno e profundo no seu âmago, provocativo de dano moral que mereça ressarcimento. 2.2. Ao contrário, seria tutelar de forma distinta e inadmissível quem, fugindo à regra da normalidade das pessoas, possui exagerada e descomedida suscetibilidade, mostrando-se por demais intolerante. Recurso da ré conhecido e provido para julgar improcedente a postulação inicial, dando-se por prejudicado o recurso da autora (TJDF – ACJ nº 20.010.810.023.985 – DF – 2ª TRJE – Rel. Des. Benito Augusto Tiezzi – DJU 01.04.2002). Para que seja devida a indenização por dano moral é necessário que o autor comprove a efetiva ocorrência de prejuízo com a configuração de abalo moral ou psicológico do ofendido. (TAPR – AC nº 188.323-6 – 1ª C. Civil – Rel. Marcos de Luca Fanchin – DJPR 31/10/2002 – com grifos meus).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

\* \* \*

Cabe, por fim ressaltar, que a autora é uma pessoa jurídica, e não provou, como lhe competia, no que a negativa de substituição de dois pneus de um caminhão de sua frota, abalou sua reputação pública.....

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para o fim de **CONDENAR a requerida, GOODYEAR, a pagar ao autor, NFA COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE INFORMATICA**, a quantia de R\$ 661,12 (seiscentos e sessenta e um reais e doze centavos), com correção monetária a contar do desembolso (29/07/2014 – fls. 32), mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

**JULGO IMPROCEDENTE** o pleito de **danos morais**.

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15) dias**, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

Diante da sucumbência recíproca, as custas serão rateadas entre as partes ; o autor arcará com os honorários de seu procurador.

**P. R. I.**

São Carlos, 28 de abril de 2015.

**1010179-39.2014.8.26.0566 - lauda 4**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**MILTON COUTINHO GORDO**

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**